

# Trabalho jornalístico e mundialização

## Problemas teórico-metodológicos

*Boa parte daquilo em que acreditamos (e assim acontece até nas conclusões extremas) com igual teimosia e boa-fé resulta de um primeiro engano sobre as premissas (Proust, 1995: 217)*

JACQUES MICK

Professor

*Departamento de Sociologia e Ciência Política  
Universidade Federal de Santa Catarina  
Brasil*

*jacques.mick@ufsc.br*



um de seus ensaios mais conhecidos, Hermínio Martins observou o quanto os efeitos da naturalização do nacionalismo constituíram um limite às interpretações do mundo pela sociologia. Para o memorável filósofo e sociólogo português, recentemente falecido, “*um tipo de nacionalismo metodológico – o qual não necessariamente vai junto com nacionalismo político por parte do pesquisador – impõe-se na prática, com a comunidade nacional como a unidade terminal e a condição fronteira para a demarcação de problemas e fenômenos para a ciência social*” (Martins, 1974<sup>1</sup>). Tal observação, quatro décadas depois, segue relevante para entender o que se passa atualmente nos estudos comparativos internacionais de jornalismo, diversificados desde o início do século 21, sobretudo no eixo Estados Unidos-Inglaterra-Alemanha.

Neste artigo, a partir de revisão bibliográfica, pretendo: 1. demonstrar o quanto o nacionalismo metodológico segue enviesando os estudos comparativos internacionais de jornalismo nos países dominantes, mesmo quando manifestam sua disposição de escapar do etnocentrismo, perseguir o cosmopolitismo ou outras perspectivas alternativas à referên-

### **Pour citer cet article**

#### **Référence électronique**

Jacques Mick, « Trabalho jornalístico e mundialização: problemas teórico-metodológicos », *Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo* [En ligne], Vol 6, n°2 - 2017, mis en ligne le 15 décembre 2017. URL : <http://surlejournalisme.org/rev>

cia aos Estados-Nação; 2. esboçar uma crítica teórico-metodológica a tais abordagens, ao sugerir tanto vertentes teóricas a aprofundar, quanto inovações de método a explorar em pesquisas empíricas; 3. imaginar como tal crítica pode se materializar em sugestões para aperfeiçoar as pesquisas comparativas. O objeto da reflexão são estudos comparativos internacionais que tentam mapear efeitos da mundialização sobre o campo jornalístico – eles são recentes e pouco numerosos, em função tanto da complexidade dos objetivos, quando do custo de realização.<sup>2</sup>

## 1. O PROBLEMA TEÓRICO-METODOLÓGICO

A perplexidade ronda os estudos comparativos internacionais sobre o jornalismo, multiplicados no início do século 21. Desde a significativa obra em que Weaver (1998b) coligiu estudos sobre a profissão realizados em 21 países, com 20.280 jornalistas, pesquisadores tentam decifrar o enigma então enunciado pelo autor: *“há fortes diferenças nacionais que se sobrepõem a quaisquer normas ou valores profissionais universais do jornalismo no mundo”* (Weaver, 1998a: 473). Além disso, os padrões de semelhanças ou diferenças não são *“nitidamente classificáveis em alguma das dimensões políticas ou culturais mais comuns”* (id., ib.: 479). Ao atualizar a comparação, em 2012, reunindo dessa vez dados de 31 países, Weaver observou que as diferenças de interpretação dos jornalistas em relação aos métodos de apuração *“provavelmente”* têm mais a ver com as normas culturais e tradições jornalísticas de cada país que com a região do mundo ou o sistema político. Já as diferenças sobre papeis ou funções (*roles*) do jornalismo estariam *“ligadas com maior proximidade ao sistema político que à cultura”* (Weaver, Willnat, 2012a: 545). *“Parece que as semelhanças e diferenças entre os jornalistas analisados neste livro não seguem padrões geográficos, políticos e culturais. É portanto difícil dizer se os jornalistas no mundo estão se tornando mais similares ou diferentes em suas visões sobre ética e papeis profissionais. O que parece certo, entretanto, é que uma cultura de jornalismo global ainda não emergiu”* (id., ib.: 545). E também: *“No fim, parece mais importante descobrir quem os jornalistas são, de onde vêm (incluindo suas experiências educacionais) e o que pensam sobre seu trabalho, seus papeis, seus métodos [de apuração] e sua ética que tentar classificá-los firmemente como profissionais ou não”* (id., ib.: 544).<sup>3</sup>

Portanto, desde pelo menos 1998 há indícios de que existem variados jornalismo no mundo – dito de outro modo, sinais de que na maior parte dos países os jornalistas fazem seu trabalho de modo diferente do padrão dominante, chamado de *“modelo liberal”* (Hallin, Mancini, 2004; 2011) ou *“anglo-a-*

*mericano”* (Chalaby, 1998; 2003; Hanitzsch et al., 2012). Num estudo muito mais recente, com a mesma metodologia aplicada a 1.800 jornalistas de 18 países, Hanitzsch e seus colegas concluíram que em todo o mundo os profissionais tendem a concordar com asserções bastante genéricas (*“o jornalista deve publicar informação para seu público rapidamente”*) ou a com a defesa de condições elementares para o exercício da profissão (*“os jornalistas têm o direito de proteger a confidencialidade de suas fontes”*)<sup>4</sup>. À medida que se esmiúçam as questões, em torno de práticas, valores, ideais ou percepções de papel ou normas, ampliam-se as diferenças no que alguns autores imaginavam que pudesse ser uma *“comunidade interpretativa transnacional”* (cf. Traquina, 2002). Novamente, para tais autores, não parece existir nenhum tipo de padrão que explique semelhanças ou diferenças, em países de continentes, sistemas políticos e sistemas midiáticos tão distintos (Hanitzsch et al., 2011; 2012; Hanitzsch, Mellado, 2011).

Mergulhar no universo das pesquisas internacionais de jornalismo comparado é ter contato com as redes de pesquisadores anglófonos que têm dominado as investigações no subcampo nas últimas décadas. Os polos dessa investigação se encontram nos Estados Unidos, na Alemanha e na Inglaterra, com repercussões importantes na Austrália e na África do Sul. Os principais autores organizam coletâneas em que convidam uns aos outros; publicam nas mesmas revistas, editadas por eles mesmos. É como um clube, que tem a Associação Internacional de Comunicação (ICA) como sede. As referências dos estudos desse grupo são algo circulares – citam-se uns aos outros, o que é compreensível, dada a relativa escassez de investigações do tipo. Há raras menções a estudos comparativos binacionais realizados na França, na Itália ou na Península Ibérica, por exemplo<sup>5</sup>. Textos em língua portuguesa ou em espanhol não são citados; só se consideram artigos sobre a América Latina (ou a China, a Rússia, a Índia) publicados em inglês.<sup>6</sup>

Tais estudos raramente conseguem superar o nível descritivo ou de constatação; a seção final de *“discussion”* desses *papers* costuma ser breve e algo melancólica, além de acrítica em relação à metodologia adotada. Os discursos depositam no leitor a impressão de frustração dos autores com o fato de que o modelo liberal ou anglo-americano de jornalismo simplesmente ainda não triunfou em todo o mundo. A hipótese de que esse modelo se expandiria em paralelo à globalização foi enunciada com o orgulho típico do nacionalismo metodológico (Hallin, Mancini, 2004); compreensivelmente, os dados das pesquisas comparativas, ao apontarem noutra direção, produziram nesses autores frustração ou perplexidade (Weaver, 1998b; Hanitzsch et al., 2011). As teorias

do jornalismo que amparam essas abordagens (assim como as da modernização) parecem supor que todos os países têm por destino repetir feitos míticos da Europa ou dos Estados Unidos.

Um exemplo é o conceito de profissionalização. Tomado como um dos indicadores das diferenças entre os sistemas ocidentais de mídia criados por Hallin e Mancini (2004; 2011; 2012), o conceito carrega forte viés: os autores desenham padrões do que seriam relações e práticas profissionais e medem com referência a eles as diferenças registradas em diferentes países ou regiões. Não contemplam a possibilidade de existirem variadas práticas reconhecidas legitimamente como profissionais em cada comunidade jornalística, derivadas das distintas trajetórias de composição dos campos em cada nação. Os três indicadores fixados pelos autores para essa dimensão de seu estudo comparativo – autonomia profissional, consenso nas normas profissionais e orientação para o serviço público – encontram, no modelo liberal, sua realização vista como plena; todas as outras formas possíveis de profissionalismo são, em função disso, lidas como menores ou incompletas<sup>7</sup>. A variável profissionalização é estruturada apenas conforme a idealização do jornalismo de tipo liberal; é claro que jornalistas do sul da Europa, França inclusive, estão convictos de sua própria profissionalização – mas, numa perspectiva que tenha outro modelo como horizonte normativo, ela nunca será legítima.

Esses estudos partem de premissas semelhantes: em geral, elaboram tipos ideais (ou modelos) a partir dos quais estruturam pesquisas funcionalistas, baseadas em *surveys*. Albuquerque (2012: 15) observou que, nessas investigações,

*[...] as categorias de análise parecem fortemente influenciadas por expectativas que fazem todo o sentido no contexto do jornalismo [norte]-americano, mas não necessariamente em outros países. Por exemplo, os questionários sobre o papel profissional dos jornalistas se baseiam em sete categorias: relatar as notícias rapidamente, providenciar análise, ser um cão de guarda do governo, proporcionar acesso do público a informações, proporcionar entretenimento, relatar as notícias de forma acurada ou objetiva e ser membro de uma organização jornalística. Não apenas tais categorias ignoram uma série de outras possibilidades igualmente relevantes – por exemplo, desempenhar o papel de publicista [...], ou atuar como instrumento de auto-regulação do partido, dentro de da lógica da crítica e auto-crítica [...] – como elas não são necessariamente interpretadas do mesmo modo em diferentes contextos.*<sup>8</sup>

Esperar que jornalistas de países e culturas profissionais distintas concordem com práticas discutíveis eticamente, como ocultar identidade ou usar câmera escondida para obter informação, só se explica se se considerar que apenas um tipo de prática é aceitável ou desejável, a despeito de inúmeros padrões de relação social entre os jornalistas, as organizações para as quais trabalham, as fontes, o público. Tais estudos partilham, assim, uma concepção restrita de jornalismo e de prática jornalística – por isso, a constatação de diferenças entre os jornalistas de variados países (e mesmo dentro de um mesmo país) produz neles sobretudo perplexidade. As respostas teóricas aos impasses da pesquisa empírica são superficiais porque o aprofundamento implicaria contestar (relativizar ou abandonar) a premissa: o conceito universalista de jornalismo, associado ao modelo liberal – um tipo de desvelamento inacessível a investigações a seu modo também normativas, apesar de concebidas para serem empírico-dedutivas.

É notável, em parte desses estudos, o lugar acessório destinado ao contexto de constituição do campo jornalístico em cada país ou comunidade investigada – o que deveria ser central, caso se quisesse levar a sério os variados níveis de influência limitadores da autonomia profissional dos jornalistas (Hanitzsch et al., 2012: 475). A observação do contexto pode contribuir para minimizar o enviesamento dos resultados em função de outros limites do método, também apontados por Albuquerque (2012: 15):

*Este modelo de análise permanece popular, como sugere o recente estudo de Hanitzsch e Mellado (2011) sobre o modo como os jornalistas percebem influências em seu trabalho em dezoito países. Não obstante as categorias analíticas usadas pelos autores sejam bastante gerais – influências políticas, influências econômicas, influências profissionais, influências organizacionais, grupos de referência e influências procedimentais – a sua aplicação concreta apresenta fortes indicações de um viés etnocêntrico como base da análise. Isto fica bastante evidente quando se considera que os autores se valem acriticamente da classificação, pela organização americana Freedom House, dos sistemas políticos dos países em três categorias – livre, parcialmente livre e não-livre.*

As singularidades na constituição dos campos jornalísticos produzem *habitus* profissionais distintos, cujas diferenças são difíceis de aferir, sobretudo quando o ponto de partida metodológico é a concepção de modelos. Em pesquisas desse tipo, categorias

idealtípicas se acumulam em cascata, estruturam a elaboração dos instrumentos de pesquisa e engessam a investigação de tal modo que produzem ou resultados esotéricos, ou a conformação da “realidade” às expectativas prévias dos pesquisadores – profecias autorrealizáveis. Além disso, as pesquisas baseadas em modelos comportam uma rigidez conceitual que se estende ao instrumento de pesquisa, frequentemente produzindo vieses.

E se pensarmos de modo diferente? E se partirmos da premissa de que estudos comparativos podem se destinar a ampliar o repertório de conhecimento sobre a variedade das práticas jornalísticas – certamente não para lamentar sua existência, diante da constatação de que o modelo liberal não domina o jornalismo em todo o mundo (Löffelholz, Weaver, 2008)? O problema metodológico poderia então ser resumido em duas perguntas: a) é possível modelar uma estratégia de pesquisa comparativa não-normativa, que não viole as especificidades das culturas profissionais de cada campo jornalístico no exercício dos critérios de avaliação que espousa, ou seja, aberta à diferença?; b) se isso é possível, os resultados seriam de fato comparáveis? Antes de poder esboçar respostas, contudo, uma pergunta preliminar se impõe: quais seriam os fundamentos de uma teoria não-normativa do jornalismo, capaz de acolher tal abordagem metodológica?

---

## 2. PARA UMA TEORIA ABERTA ÀS DIFERENÇAS ENTRE OS CAMPOS JORNALÍSTICOS

---

Como forma social de conhecimento (Park, 2008; Genro Filho, 2012; Pontes, 2015), o jornalismo se legitima em cada sociedade precisamente pelo ajuste de suas práticas à panóplia de valores e avaliações do público, assim como às características específicas incorporadas pelo campo jornalístico ao longo da história de sua constituição (Garcia, 2009). Nessa concepção dinâmica, as formas específicas do discurso jornalístico se modificam ao longo do tempo, permitindo entender variações entre distintas combinações de gêneros como reportagem, notícia, crônica ou temas (fatuais, didáticos, publicistas ou de entretenimento) (Charron, De Bonville, 2016). Como práticas socialmente enraizadas, pode-se interpretar os jornalismo a partir do cotejamento dos *habitus* distintos dos variados agentes que compõem o campo (jornalistas, proprietários, fontes, anunciantes, público), explicados pela história de sua constituição, mas também pelas lutas internas no campo, pelos padrões de relação que estabelece com outros campos sociais também historicamente constituídos (Benson, Neveu, 2005; Benson, 2005).

Como observou Chalaby (1998: 34), que fez uso exemplar dos conceitos de Bourdieu para analisar a formação do campo jornalístico britânico, “*em primeiro lugar, as forças econômicas definem os limites do campo jornalístico*”:

*Dentro do campo jornalístico, lutas ocorrem em três diferentes níveis. Primeiro, agentes lutam por posições dentro da mesma instituição (por exemplo, muitos jornalistas dentro de um jornal esperam tornar-se editores). Segundo, produtores coletivos competem uns contra os outros dentro do mesmo mercado (competição entre quality papers, entre tabloides). Terceiro, há também lutas competitivas entre diferentes tipos de produtor (entre tabloides e televisão). Lutas entre agentes são relativamente autônomas em relação aos interesses econômicos. No nível do mercado, contudo (segundo e terceiro tipos de lutas), lutas são principalmente econômicas, a força principal é o capital econômico e o interesse principal é o lucro. Posições dominantes e dominadas dentro do mesmo mercado podem ser classificadas em termos econômicos, assim como em termos de percentual de participação no mercado (Chalaby, 1998: 33).*

Em situações em que a formação do campo jornalístico obedeceu menos às consequências da competição e mais a finalidades políticas relacionadas à criação e circulação dos veículos, contudo, pode revelar-se enganoso concentrar o foco no eixo econômico. Pode ser razoável entender, como Chalaby (1998; 2003), que o jornalismo seja uma invenção recente, da segunda metade do século 19, e que tenha encontrado sua primeira forma mais expressiva no discurso jornalístico anglo-americano. Uma vez concebida e experimentada essa forma, ela de fato estende seus efeitos sobre outros espaços sociais, em que o jornalismo se constitui sob outras características. Mas são as interações entre expectativas e *habitus* locais e influências exógenas que configuram as formas específicas que o jornalismo encontrará em cada sociedade. Ou seja: o jornalismo é reinventado continuamente, em quaisquer territórios em que se tenha constituído.

Abraçar a teoria do campo convida a abandonar universalismos ainda dominantes na teoria do jornalismo para interpretá-lo como uma *invenção coletiva permanente* (a expressão é usada noutro contexto por Ringoot, Ruellan, 2007). Os efeitos sobre os campos jornalísticos da história de sua constituição em cada país fazem com que seja impossível existir “o” jornalismo, “o” profissionalismo, “a” ética jornalística, mas variadas formas de entender o jornalismo, o profissionalismo, a ética. Nessa invenção con-

tínua, os jornalistas são agentes fundamentais, mas não os únicos: interação entre si, com seus chefes e, em variados padrões, com anunciantes ou outros financiadores, com fontes de informação e, enfim, com suas audiências. As especificidades do discurso jornalístico resultam desses variados fatores que constituem os campos jornalísticos em cada sociedade – alguns deles observados por Chalaby (2003) em seu argumento em favor do pioneirismo anglo-americano: as características do contexto em que o jornalismo se desenvolve; os padrões de relação do campo jornalístico com outros campos (como o literário e o político); o grau de autonomia econômica do campo; as características do idioma e da cultura em que o discurso jornalístico circula.<sup>9</sup>

É, assim, impossível comparar o que fazem jornalistas em países distintos (ou mesmo em pontos distintos de um mesmo país), sem levar em conta as especificidades de constituição do campo jornalístico, suas características e estruturas, seu grau de autonomia. O jornalismo guarda uma forma específica em cada Estado-nação (às vezes, mais de uma). Essa forma deriva do ajuste tópico do discurso jornalístico às configurações do moderno nesse Estado (o que comporta o tipo de Estado e suas políticas; o espaço das ideologias; a ação do Estado na regulação das profissões, entre os itens apontados por Freidson, 1996). Dito de outro modo: a configuração do campo jornalístico é afetada pelas particularidades do processo de modernização em cada território, que definirá a tecnologia que os jornalistas utilizarão em cada país, os atributos e limitações do público (se mais ou menos letrado, por exemplo) e os marcos para o desenvolvimento da profissionalização, assim como as características do que é ou não uma prática tida como profissional.

Uma concepção dinâmica de jornalismo gera uma série de exigências teóricas. Primeiro, numa dimensão filosófica ou epistemológica, demanda a interpretação do alcance que o jornalismo pode ter como forma social de conhecimento, da relação que estabelece com outros sistemas simbólicos no contexto de seu surgimento (os processos de modernização). Exige uma leitura das relações que o jornalismo estabelece com o público e com outros campos sociais com os quais se relaciona, notadamente os da política, da economia e da cultura, ao longo de sua constituição. Segundo, requer uma teoria não normativa da linguagem, da técnica e das práticas jornalísticas. Terceiro, derivado disso, implica uma análise do caráter mutante que marca inevitavelmente a identidade profissional dos jornalistas, se entendermos o ofício desse modo. Em cada uma dessas dimensões, a teoria há de encontrar um lugar para as contingências que cercam a ação social.

Não cabe a esse texto o desenvolvimento aprofundado de cada um desses tópicos. Mas é possível detalhar alguns aspectos, para ajudar a tornar mais plausível o desenho metodológico de pesquisas comparativas. Um aspecto-chave está no entendimento da linguagem e suas relações com o processo produtivo: uma teoria dinâmica do jornalismo é coerente com uma abordagem não normativa da linguagem. Manuais de jornalismo tentam impor uma forma linear ao discurso jornalístico, sem guardar espaço para as especificidades derivadas tanto das relações sociais que o condicionam, quanto para o caráter dinâmico da própria linguagem<sup>10</sup>. O resultado, nos manuais, é a apologia a formas já superadas pela experiência dos agentes. Entendimento diferente da linguagem postula que as relações sociais determinam o que pode ser dito, o modo como pode ser dito e quem tem legitimidade para dizê-lo, em dado tempo: “aquilo que numa posição dada, numa conjuntura dada (...) determina o que pode e deve ser dito (...)” (Pêcheux, 1988: 160). Ou, na conhecida expressão de Bourdieu (2008: 23-24), “*embora seja legítimo tratar as relações sociais como interações simbólicas, isto é, como relações de comunicação que implicam o conhecimento e o reconhecimento, não se deve esquecer que as trocas linguísticas – relações de comunicação por excelência – são também relações de poder simbólico (...)*”.

Esse esboço de uma teoria dinâmica para o campo jornalístico impõe uma série de dificuldades aos estudos comparativos. A sensibilidade dessa perspectiva teórica às particularidades da constituição do *habitus* profissional e do campo jornalístico em cada sociedade deve nos conduzir à constatação da impossibilidade de comparações internacionais ou podem existir maneiras específicas de realizá-las?

---

### 3. PARA UMA METODOLOGIA NÃO NORMATIVA DOS ESTUDOS COMPARATIVOS

---

A cautela elementar a adotar na realização da comparação, como em qualquer pesquisa, é evitar a essencialização dos métodos adotados, refletindo criticamente sobre eles (cf. Bourdieu, 2005). Estudos coerentes com essa postura contextualizam os dados que colhem numa análise das relações de poder e das percepções dos agentes sobre as características do campo em que atuam. Trata-se de observar as trajetórias e a formação dos jornalistas, as especificidades do mercado de trabalho, as hierarquias e legitimações que configuram o campo, e as percepções dos profissionais sobre tais relações em cada país. Assume-se uma perspectiva de análise particularmente atenta à incorporação dos *habitus* profissionais, às hierarquias internas ao campo

jornalístico e às estratégias adotadas pelos agentes para fortalecerem suas posições no campo, a partir dos diferentes tipos de capitais (sobretudo, escolares ou culturais) de que dispõem. Assim, o desenho de cada campo jornalístico pode considerar, em variadas combinações de indicadores, as seguintes dimensões (ou variáveis):

a) as características da estrutura de propriedade das mídias, particularmente as jornalísticas;

b) a estrutura de regulação e o padrão de relações da mídia com o Estado;

c) as práticas desenvolvidas e incorporadas pelos agentes do campo jornalístico ao longo de sua constituição;

d) a estrutura das posições dos diversos agentes permanentemente em luta dentro do campo e os critérios de legitimação interna das hierarquias;

e) a autonomia do campo em relação a outros campos que com ele estabelecem relações de tensão (os campos político, econômico e cultural, principalmente);

f) as especificidades das relações sociopolíticas que conformam a linguagem jornalística em dado tempo.<sup>11</sup>

A história de desenvolvimento do campo jornalístico em cada sociedade tende a produzir singularidades que dificultam significativamente as comparações, por recusar as simplificações inerentes à concepção de modelos ou ao uso normativo de tipos ideais. Isso não significa que a comparação é impossível; os estudos de Chalaby (1998) e Benson (2005), por exemplo, exploram dimensões específicas no cotejamento entre campos jornalísticos. Benson observa que, nos raros textos de Bourdieu sobre o jornalismo, o autor, apesar de consciente das variações transnacionais entre campos e configurações de campo, acabou por elidir as diferenças, em vez de problematizá-las e teorizá-las. “Ao fazê-lo, Bourdieu foi capaz de enfatizar certas dinâmicas gerais dos campos, que operam em todos os casos” (Benson, 2005: 86, grifo no original).

Benson sugere um método que recorre à teoria dos campos para destacar diferenças transnacionais, de modo a observar as qualidades variáveis dos campos e suas configurações. Para este autor, três razões teórico-metodológicas explicam por que a teoria dos campos não tem sido muito utilizada em estudos comparativos. A primeira é a disposição bourdieusiana para a análise compreensiva, que considere simultaneamente gênese histórica e trajetórias,

relações estruturais entre campos, práticas e visões de mundo dos agentes que os compõem. É bastante difícil fazer isso num só país, observa Benson, quanto mais em pesquisa comparativa. “Entretanto, há uma ironia aqui: sem comparações transnacionais, aspectos significativos de um campo nacional podem ser naturalizados e assim permanecerem invisíveis ao pesquisador limitado às fronteiras domésticas” (Benson, 2005: 87). A segunda razão refere-se à dificuldade de obter dados adequados a caracterizar formas e volumes de capital, relações entre os campos e as propriedades sociais dos agentes. Para Benson, a alternativa é oferecer análise secundária de dados já compilados, produzindo mensurações qualitativas das relações nos campos. A terceira razão é também epistemológica, e diz respeito ao projeto intelectual antipositivista de Bourdieu. “[...] as dinâmicas do campo só podem ser compreendidas em relação com circunstâncias históricas concretas. Dada essa premissa, Bourdieu também pareceu desejar teoria generalizável, escrevendo certa vez que ‘um caso particular bem construído deixa de ser particular’” (id., ib.). Para Benson, contudo, a pesquisa confinada a um Estado-nação tem escopo limitado, pois certos tipos de variação só se tornam visíveis em estudos transnacionais.

À diferença dos trabalhos de Benson e Chalaby, proponho dissociar campo e nação, dimensões que não andam juntas necessariamente. É possível falar em relações do campo jornalístico com a sociedade, para evitar a identificação desta com um território, um país, uma nação, um Estado. A recusa ao nacionalismo metodológico obedece a uma inquietação de origem: como comparar campos jornalísticos sem perder de vista que certas transformações estruturais atravessam o jornalismo em todos os países? A informatização, a estruturação de redes de computadores, a circulação internacional de informações nessas redes, a intensificação nelas das conexões entre jornalistas (e entre jornalistas e fontes); a concentração de propriedade da mídia e a atuação internacional dos maiores proprietários; a padronização de certas práticas, ajustadas à concentração de propriedade; o aumento da presença da mídia comercial combinado à redução da presença direta do Estado nas mídias jornalísticas; a crise no modelo de financiamento dos produtos jornalísticos; a expansão de mídias de entretenimento; a convergência digital; a expansão do mercado de trabalho para os assessores de imprensa. Todos esses fenômenos são, em maior ou menor grau, comuns ao jornalismo onde quer que ele exista – em especial no ocidente. Os jornalistas se adaptam a cada um desses fenômenos de modo que pode variar em cada sociedade, ajustando as singularidades de seu campo jornalístico às novas condições estruturais da atividade. Certas escolhas, em cada um dos três estratos principais

que distinguem o saber específico dos jornalistas, podem ser conservadas, mais ou menos intactas pelas transformações estruturais, globais, no modo de produção e nas culturas: nos critérios de noticiabilidade, nas estratégias de apuração e na estrutura e forma do relato (cf. Traquina, 2005)? Ou, ao contrário, transformações estruturais produzem efeitos determinados e idênticos no campo jornalístico, independentemente da cultura profissional de que faz parte, e produzem homogeneização da pauta, dos procedimentos de reportagem e nas narrativas?

Apesar dos efeitos da mundialização, o campo jornalístico pode guardar singularidades nacionais (e mesmo intranacionais), visivelmente demarcadas pela pertença dos agentes a um território específico. O Brasil é um exemplo bom como qualquer outro: nele, se designam igualmente como jornalistas profissionais que trabalham em mídia e fora da mídia, em funções como as de assessoria de imprensa ou a docência em jornalismo. Pesquisa de Mick e Lima (2013) constatou que uma série de fenômenos legítima essa conceituação mais abrangente da profissão, ao contrário do que ocorre em outros países, nos quais “jornalista” é apenas quem trabalha em mídia e tem responsabilidade sobre o conteúdo publicado (definição adotada por Weaver desde seus primeiros estudos comparativos): a) o trânsito entre posições na mídia e fora da mídia é intenso ao longo das carreiras profissionais de boa parte dos jornalistas; b) há funções tipicamente midiáticas em organizações não-midiáticas, desde que se tornou comum a criação de mídias dirigidas em empresas ou organizações não-midiáticas (inclusive da estrutura de governo); c) há funções tipicamente não-midiáticas em organizações de mídia (como posições de assessoria de imprensa em empresas de mídia); d) a multifuncionalidade embaralhou atribuições profissionais antes cindidas pela especialização; com isso, jornalistas de mídia acabam por realizar às vezes funções de assessoria de imprensa e vice-versa; e) a apropriação linear diária, pela mídia (sobretudo em veículos de pequeno ou médio porte), de conteúdos produzidos por assessores de imprensa diminui a distância idealizada entre o trabalho jornalístico na mídia e fora dela.

Obedecida em termos estritos, tal definição aberta de jornalista impediria a comparação de casos brasileiros com o de quaisquer outras sociedades cujos campos jornalísticos fossem menos porosos. Para comparar o comparável, é inevitável segregar dos demais os jornalistas brasileiros que atuam em mídias. Mesmo assim, a tipificação “jornalista brasileiro”, de identidade fixada pela pertença a certo Estado-nação, seria simplificadora: desigualdades regionais impõem diferenças importantes no *habitus* profissional de jornalistas das regiões mais ricas

(que concentram três quartos dos trabalhadores do setor), em comparação com o perfil de atuação nas localidades mais pobres. O porte da mídia jornalística também produz implicações significativas – profissionais de organizações economicamente poderosas, com alcance nacional, percebem-se com maior autonomia em relação aos jornalistas que atuam em mídias locais, mais sujeitas ao controle do conteúdo pelos proprietários, pelos anunciantes ou por agentes políticos importantes, mesmo nas regiões mais ricas. Num mesmo país, certo *habitus* profissional aproxima os jornalistas brasileiros de seus colegas norte-americanos, enquanto outras práticas os assemelham aos da Argentina, do Chile ou de outro país com mídia fortemente orientada por interesses econômicos ou políticos localizados.

Dadas tais premissas, como se poderia aperfeiçoar as características metodológicas da pesquisa comparativa? Algumas ideias de método para uma investigação não normativa, consciente dos riscos associados ao nacionalismo metodológico<sup>12</sup>, são as seguintes:

Cooperação. Benson segue Bourdieu ao sugerir que as pesquisas comparativas serão mais bem sucedidas se forem realizadas em equipe, envolvendo investigadores familiarizados com os universos a serem estudados. Embora Hanitzsch (2008a: 424) também aponte a pesquisa colaborativa como a abordagem mais poderosa para superar o etnocentrismo na pesquisa, há condições para que isso possa de fato ocorrer. Duas delas se combinam: a horizontalidade e a ampla participação. Uma pesquisa cooperativa fortemente centralizada no coordenador (ou nos coordenadores) desperdiça as oportunidades de troca de conhecimento e impressões entre os integrantes. A participação dos envolvidos é otimizada por ações de estímulo contínuo à troca de ideias. Outra condição é o nivelamento – a definição de uma bibliografia de referência, com a qual a investigação dialoga, de domínio necessário por todos os integrantes da equipe (sem o que, o entendimento das questões de fundo pelo grupo é prejudicado);

Interpretação densa. Os estudos comparativos costumam ser bem sucedidos na coleta dos dados que se propõem a considerar, mas pouco originais no que se refere à análise. Um modo de enfrentar esse desafio talvez esteja em elevar o contexto em que se situam os campos jornalísticos à condição de tópico essencial para a comparação – em vez de mero adereço. Hallin e Mancini o fazem com enorme competência, mas, na busca obstinada por dar credibilidade aos modelos que propõem, os autores acabam por violentar os contextos. (O caso francês é exemplar: mesmo cientes das significativas especificidades do campo jornalístico na França, os auto-

res insistiram em situá-lo no modelo mediterrâneo, ou de pluralismo polarizado). Modelos são roupas curtas: cobrem uma parte do objeto, enquanto deixam outra a descoberto. As estratégias comparativas devem ser confortáveis às especificidades da constituição dos campos e subcampos jornalísticos em cada Estado<sup>13</sup>;

Categorias nativas. Questões que procuram aferir a autoconsciência do jornalista em relação a fatores externos que condicionam seu trabalho são algo idealistas: supõem que o profissional pode ter consciência desses fatores, quando na maior parte das vezes, ao menos sob a perspectiva da teoria dos campos, o *habitus* é moldado ao longo do tempo, produzindo práticas irrefletidas que absorvem (e portanto tornam irreconhecíveis pelos agentes) os condicionantes. É conhecida a crítica a essa perspectiva, que deixa o sociólogo imerso entre duas possibilidades desconfortáveis: ou ele próprio é subordinado a essa relação, e seu trabalho é necessariamente enviesado; ou ele é uma espécie de *übermensch*, capaz tanto da autoconsciência, quanto de compreender os condicionantes que afetam outros agentes – e a possibilidade de existirem tais sujeitos dotados de consciência põe em xeque os fundamentos da teoria. Um modo de tentar driblar o problema é a abertura dos instrumentos de pesquisa às categorias mobilizadas pelas fontes para descrever determinada situação ou relação. Não se trata de valorizar uma sociologia espontânea, mas de diversificar as categorias de análise, quando possível, com um novo léxico. Tal abertura pode contribuir com o desenvolvimento de instrumentos de pesquisa originais, mais amigáveis para as fontes. Certos tipos de fontes (sobretudo, sujeitos com formação superior) reconhecem códigos acadêmicos e tendem a responder de acordo com o que imaginam ser a expectativa do pesquisador, e do modo mais coerente possível com o que acreditam ser o discurso de referência – o que pode ser evitado com a incorporação ou a abertura para categorias nativas. Essa disposição também pode ajudar a reduzir os efeitos sobre as respostas dos variados padrões de intercâmbio entre os campos jornalístico e acadêmico (este, dentro e fora do jornalismo). Pode também contribuir para superar os desafios relacionados à linguagem, comuns em investigações que compartilham instrumentos – como perguntas formuladas fora do léxico local.

Diversificar as fontes de dados em cada uma das seis dimensões sugeridas para a investigação: as características da estrutura de propriedade das mídias, particularmente as jornalísticas; a estrutura de regulação e o padrão de relações da mídia com o Estado; as práticas desenvolvidas e incorporadas pelos agentes do campo jornalístico ao longo de sua constituição; a estrutura das posições dos diversos agentes permanentemente em luta dentro do campo e os critérios de legitimação interna das hierarquias; a autonomia do campo em relação a outros campos que com ele estabelecem relações de tensão (os campos político, econômico e cultural, principalmente); as especificidades das relações sociopolíticas que conformam a linguagem jornalística em dado tempo nos países envolvidos. Para Benson, há obstáculos significativos em construir indicadores estatísticos comparáveis para os fatores morfológicos:

*É necessário mais pesquisa para especificar e testar os efeitos de propriedades morfológicas variáveis. [...] A resposta a esta questão parece estar em outro lugar na teoria de campo [...], ou seja, a elaboração de variados tipos de pressões políticas (do Estado) sobre o campo, propriedades estruturais-ecológicas e processos históricos dependentes de trajetórias (path-dependent), que juntos produzem mais ou menos 'inércia cultural' dentro do campo jornalístico (2005: 103-104).*

Multimedialidade. Os analistas observam a mídia do século XXI como se tivessem os pés fixos no século XIX: o olhar em geral prende-se aos jornais impressos diários, como se eles fossem sempre, em todas as nações, uma espécie de sistema nervoso central do jornalismo. Os distintos padrões de relação que podem se estabelecer entre jornal, revista, rádio, televisão e internet, e entre esses canais midiáticos e as mídias e estratégias de posicionamento das fontes, podem constituir uma categoria específica dos estudos comparativos, se os pesquisadores estiverem dispostos a abdicar da ideia de que o jornal diário é uma espécie de monarca do jornalismo, em todas as sociedades.

---

Soumission de l'article : 29/10/2015

Acceptation : 05/04/2017

## NOTAS

<sup>1.</sup> Este artigo é resultado de período de pós-doutoramento no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (2014-2015), sob supervisão de José Luís Garcia, com bolsa da Capes. Resulta também do projeto de pesquisa *Journalistic Role Performance Around the Globe – Etapa Brasil*, ainda em andamento, financiado pelo CNPq. As traduções para a língua portuguesa de referências em outros idiomas são de responsabilidade do autor.

<sup>2.</sup> O texto não considera sistematicamente para análise as numerosas pesquisas envolvendo quantidade reduzida de nações, como as abundantes comparações bilaterais ou as realizadas por grupos de pesquisa envolvendo menos de dez países, tampouco estudos que desejam comparar o jornalismo em distintas mídias.

<sup>3.</sup> A busca de comparar o que pode ser comparado levou Weaver e Willnat (2012a: 538) a concluir que havia *“mais discordância de que concordância a respeito da importância relativa dos papéis jornalísticos considerados no seu conjunto, de forma que eles [os surveys] não podem ser considerados evidências que apoiem a ideia da existência de um padrão universal a respeito da profissão”*.

<sup>4.</sup> A copiosa produção recente de Hanitzsch sobre o tema tem dois focos: no primeiro (2007, 2008a, 2008b; Hanitzsch, Donsbach, 2012; Hanitzsch, Esser, 2012), ele colige a bibliografia relativa às pesquisas comparativas em jornalismo, classifica os estudos em tipos específicos, aponta limites e desafios teórico-metodológicos – mais metodológicos que teóricos; no segundo foco, Hanitzsch põe em discussão os resultados da etapa-piloto de sua própria pesquisa comparada, o projeto *The Worlds of Journalism Study* (Hanitzsch, Mellado, 2011; Hanitzsch et al., 2011 e 2012; Hanitzsch, Hanusch, Lauerer, 2014). Os dados completos da pesquisa por país começaram a ser divulgados em 2016.

<sup>5.</sup> Os estudos comparativos ainda eram pouco relevantes entre 2008 e 2009, período em que estudo de Löffelholz e Rothenberg (2014) com sete das principais revistas acadêmicas da área constatou que *“apenas um pouco mais de 10% [dos artigos publicados] ofereceram resultados de estudos comparativos de países, culturas jornalísticas ou coisas parecidas”*. Os autores observaram que, *“apesar da ideia otimista de uma fase global-comparativa, a pesquisa em jornalismo continua dominada enormemente pelos esforços ocidentais. [...] além das fronteiras tradicionais entre o mundo industrializado e o mundo em desenvolvimento, há também as barreiras de língua que dificultam a atração da atenção internacional ou mesmo global por uma pesquisa específica de jornalismo nacional”* (Löffelholz, Rothenberger, 2014: 73-74).

<sup>6.</sup> As escassas menções ao Brasil geralmente referem-se a Herscovitz (2004 e 2012, assim como Herscovitz, Cardoso, 1998); estudos em língua portuguesa da mesma autora (2000, 2010) são ignorados. O nacionalismo metodológico, combinado com a arrogância neocolonialista, se revela exemplarmente no discurso de Livingstone (2012): *“No passado, a maioria dos pesquisadores formulava um projeto de pesquisa apropriado às instituições, textos ou audiências da mídia de seus próprios*

*países, e compartilhava as descobertas, em sua língua nacional, com seus compatriotas. Hoje, tal abordagem parece paroquial, de relevância incerta para o esforço internacional mais amplo de compreender os contornos de um mundo ainda mais mediático e de rápida globalização”*, escreveu a autora, num texto em sua língua nacional, em que menciona apenas obras em inglês – uma abordagem restritiva, evidentemente paroquial, mas da paróquia que conta: a dos dominantes. A despeito desse lapso, artigos de Livingstone (2003; 2012) são alimentados de notável disposição para o cosmopolitismo.

<sup>7.</sup> Hardy (2012) observa que *“existe uma preferência estruturada dentro do quadro conceitual [de Hallin e Mancini] por essa ‘autonomia’ profissional acima de papéis alternativos de advocacia e partidarismo [...] que são, no entanto, reconhecidos e valorizados em outras partes do estudo”*.

<sup>8.</sup> Albuquerque (2011) elabora essa crítica ao problematizar a dimensão de paralelismo político nos modelos de Hallin e Mancini.

<sup>9.</sup> Assim, se certa vez *“as fronteiras do campo jornalístico foram definidas pelas restrições ligadas à produção que a competição econômica havia criado”* (Chalaby, 1998: 45), atualmente ocorre precisamente o movimento oposto, de derrubada de certas limitações por inovações tecnológicas – ao tempo em que surgem novas e inéditas restrições, como o oligopólio privado na propriedade de sistemas e tecnologias de informação e comunicação.

<sup>10.</sup> É engenhosa a reconceitualização de “discurso” por Chalaby (1998), cristalizada na brilhante ironia *“il n’y a pas de texte”*. Mas a ideia de representação ainda persiste nela. Não é só que “significação é externa aos textos”: há variadas significações (vontades de verdade) e os discursos entram em choque precisamente quando “refraseiam” – ou seja, propõem novas relações entre os textos e suas esperadas “significações”.

<sup>11.</sup> Essa proposta expande as quatro dimensões utilizadas por Benson (2005: 88) na comparação entre os campos jornalísticos dos Estados Unidos e da França.

<sup>12.</sup> As sugestões referem-se tanto a práticas experimentadas em investigações binacionais, reportadas à bibliografia revisada, quanto a *insights* derivados da pesquisa para o artigo e da experiência obtida na realização da etapa brasileira do projeto *Journalistic Role Performance around the Globe*, coordenada pelo autor.

<sup>13.</sup> Após comparar os dados colhidos para a etapa-piloto da pesquisa *Worlds of Journalism* no Brasil e em Portugal, Novais, Moreira e Silva (2013: 92), por exemplo, observaram que *“as diferenças resultantes desta análise comparada sobre as práticas e as orientações jornalísticas nos dois países mostram que elas são determinadas pelos respectivos contextos nacionais. O argumento apresentado neste artigo é o de que culturas profissionais parcialmente distintas como as verificadas entre os jornalistas portugueses e brasileiros são resultantes de experiências institucionais, sociais e culturais específicas, o que impede, por enquanto, a existência de uma comunidade jornalística “desterritorializada” ou translocal de língua portuguesa”*.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Albuquerque, A., 2011, "On Models and Margins: Comparative Media Models Viewed from a Brazilian Perspective", in Hallin, D. C., Mancini, P. (Eds.), *Comparing Media Systems Beyond Western World*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 72-95.
- Albuquerque, A., 2012, "O paralelismo político em questão", *Revista Compólitica*, vol. 2, nº 1, pp. 5-28.
- Benson, R., 2005, "Mapping Field Variation: Journalism in France and the United States", in Benson, R., Neveu, E. (Eds.), 2005, *Bourdieu and the Journalistic Field*, Malden, Cambridge, Polity Press, pp. 85-112.
- Benson, R., Neveu, E. (Eds.), 2005, *Bourdieu and the Journalistic Field*, Malden, Cambridge, Polity Press.
- Bourdieu, P., 2005, "Introdução a uma sociologia reflexiva", *O poder simbólico*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, pp. 17-58.
- Bourdieu, P., 2008, *A economia das trocas linguísticas*, São Paulo, Edusp.
- Chalaby, J. K., 1998, *The Invention of Journalism*, London, Macmillan Press.
- Chalaby, J. K., 2003, "O jornalismo como invenção anglo-americana: Comparação entre o desenvolvimento do jornalismo francês e anglo-americano, 1830-1920", *Media & Jornalismo*, vol. 2, nº 3, pp. 29-50.
- Charron, J., De Bonville, J., 2016, *Natureza e transformação do jornalismo*, Florianópolis, Insular.
- Freidson, E., 1996, "Para uma análise comparada das profissões. A institucionalização do discurso e do conhecimento formais", *RBCS – Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol. 11, nº 31, pp. 141-145.
- Garcia, J. L. (Ed.), 2009, *Estudos sobre os jornalistas portugueses. Metamorfoses e encruzilhadas no limiar do século XXI*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Genro Filho, A., 2012, *O Segredo da Pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*, Florianópolis, Insular.
- Hallin, D. C., Mancini, P., 2004, *Comparing Media Systems: Three Models of Media and Politics*, Cambridge, New York, Cambridge University Press.
- Hallin, D. C., Mancini, P., 2012, "Comparing Media Systems: A Response to Critics", in Esser, F., Hanitzsch, T. (Eds.), *Handbook of Comparative Communication Research*, New York, London, Routledge, pp. 315-334.
- Hallin, D. C., Mancini, P. (Eds.), 2011, *Comparing Media Systems beyond the Western World*, Cambridge, New York, Cambridge University Press.
- Hanitzsch, T., 2007, "Deconstructing Journalism Culture: Towards a Universal Theory", *Communication Theory*, vol. 17, nº 4, pp. 367-85.
- Hanitzsch, T., 2008a, "Comparative Journalism Studies", in Wahl-Jorgensen, K., Hanitzsch, T. (Eds.), *The Handbook of Journalism Studies*, New York, London, Routledge, pp. 413-427.
- Hanitzsch, T., 2008b, "Comparing Journalism across Cultural Boundaries: State of the Art, Strategies, Problems, and Solutions", in Löffelholz, M., Weaver, D. (Eds.), *Global Journalism Research: Theories, Methods, Findings, Future*, Malden, Oxford, Blackwell Publishing, pp. 93-105.
- Hanitzsch, T. et al., 2011, "Mapping Journalism Cultures Across Nations: A Comparative Study of 18 Countries", *Journalism Studies*, vol. 12, nº 3, pp. 273-93.
- Hanitzsch, T. et al., 2012, "Worlds of Journalism: Journalism Cultures, Professional Autonomy, and Perceived Influences Across 18 Nations", in Weaver, D. H., Willnat, L. (Eds.), *The Global Journalist in the 21st Century: News People Around the World*, NY, Routledge, pp. 473-494.
- Hanitzsch, T., Donsbach, W., 2012, "Comparing Journalism Cultures", in Esser, F., Hanitzsch, T. (Eds.), *Handbook of Comparative Communication Research*, New York, London, Routledge.
- Hanitzsch, T., Esser, F., 2012, "Challenges and Perspectives on Comparative Communication Inquiry", in Esser, F., Hanitzsch, T. (Eds.), *Handbook of Comparative Communication Research*, New York, London, Routledge.
- Hanitzsch, T., Hanusch, F., Lauerer, C., 2014, "Setting the Agenda, Influencing Public Opinion and Advocating for Social Change", *Journalism Studies*, vol. 17, nº 1, pp. 1-20.
- Hanitzsch, T., Mellado, C., 2011, "What Shapes the News around the World? How Journalists in Eighteen Countries Perceive Influences on Their Work", *International Journal of Press/Politics*, vol. 16, nº 3, pp. 404-426.
- Hardy, J., 2012, "Comparing Media Systems", in Esser, F., Hanitzsch, T. (Eds.), 2012, *Handbook of Comparative Communication Research*, New York, London, Routledge, pp. 284-314.
- Herscovitz, H. G., 2000, "Jornalistas de São Paulo: quem são e o que pensam em comparação aos jornalistas americanos e franceses", *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, vol. XXIII, nº 2, jul./dez.
- Herscovitz, H. G., 2004, "Brazilian Journalists' Perceptions of Media Roles, Ethics and Foreign Influences on Brazilian Journalism", *Journalism Studies*, vol. 5, nº 1, pp. 71-86.
- Herscovitz, H. G., 2010, *Jornalistas brasileiros no século XXI, visões sobre a profissão*, Brasília, Fenaj, URL: [http://www.fenaj.org.br/arquivos/resultados\\_enquete\\_com\\_jornalistas\\_brasileiros.doc](http://www.fenaj.org.br/arquivos/resultados_enquete_com_jornalistas_brasileiros.doc), acesso em 05/02/2011.
- Herscovitz, H. G., 2012, "Brazilian Journalists in the 21st Century", in Weaver, D. H., Villnat, L., *The Global Journalists in the 21st Century*, New York, Routledge, pp. 365-381.
- Herscovitz, H. G., Cardoso, A. M., 1998, "The Brazilian Journalist", in Weaver, D. H., *The Global Journalist*, Cresskill, NJ, Hampton Press, pp. 417-432.
- Livingstone, S., 2003, "Les enjeux de la recherche comparative internationale sur les médias", *Questions de communication*, vol. 3 (Specia), pp. 31-43 (também disponível em: Livingstone, S., 2003, "On the Challenges of Cross-national Comparative Media Research", *European Journal of Communication*, vol. 18, nº 4, pp. 477-500).
- Livingstone, S., 2012, "Challenges to Comparative Research in a Globalizing Media Landscape", in Esser, F., Hanitzsch, T. (Eds.), *Handbook of Comparative Communication Research*, New York, London, Routledge.

- Löffelholz, M., Rothenberger, L., 2014, "Continuum eclético, disciplina distinta ou subdomínio dos estudos de comunicação? Considerações teóricas e conclusões empíricas a respeito da disciplinaridade, multidisciplinaridade e transdisciplinaridade dos estudos de jornalismo", *Brazilian Journalism Research*, vol. 11, nº 2, pp. 54-79.
- Löffelholz, M., Weaver, D., 2008, "Questioning National, Cultural, and Disciplinary Boundaries: A Call for Global Journalism Research", in Löffelholz, M., Weaver, D. (Eds.), *Global Journalism Research: Theories, Methods, Findings, Future*, Malden, Oxford, Blackwell Publishing, pp. 3-12.
- Martins, H., 1974, "Time and Theory in Sociology", in Rex, J. (Ed.), *Approaches to Sociology – An Introduction to Major Trends in British Sociology*, London, Routledge and Kegan Paul, pp. 246-294.
- Mellado, C., Hanusch, F., 2012, "A pré-socialização dos futuros jornalistas: uma investigação das percepções profissionais de estudantes de jornalismo em sete países", *10º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo*, Curitiba, Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- Mellado, C. et al., 2012, "Comparing Journalism Cultures in Latin America: The Case of Chile, Brazil and Mexico", *Gazette*, vol. 74, nº 1, pp. 60-77.
- Mick, J., Lima, S., 2013, *Perfil do jornalista brasileiro: características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012*, Florianópolis, Insular.
- Novais, R., Moreira, S. V., Silva, L., 2013, "Companheiros de armas? Uma comparação dos mundos jornalísticos português e brasileiro", *Brazilian Journalism Research*, vol. 9, nº 1, pp. 76-96.
- Park, R. E., 2008, "A Notícia como forma de Conhecimento: um capítulo da sociologia do conhecimento", in Berger, C, Marocco, B., *A Era Glacial do Jornalismo*, Porto Alegre, Sulina, vol. 2, pp. 51-70.
- Pêcheux, M., 1988, *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*, Campinas, Editora da Unicamp.
- Pontes, F. S., 2015, *Adelmo Genro Filho e a Teoria do Jornalismo*, Florianópolis, Insular.
- Proust, M., 1995, *A fugitiva*, São Paulo, Globo, trad. Carlos Drummond de Andrade.
- Ringoot, R., Ruellan, D., 2007, "Journalism as a Permanent and Collective Invention", *Brazilian Journalism Research*, vol. 3, nº 2, pp. 67-76.
- Traquina, N., 2002, "Uma comunidade interpretativa transnacional: a tribo jornalística", *Media & Jornalismo*, vol. 1, nº 1.
- Traquina, N., 2005, *Teorias do Jornalismo, Volume II*, Florianópolis, Insular.
- Weaver, D. H., 1998a, "Journalists Around the World: Commonalities and Differences", in Weaver, D. H. (Ed.), *The Global Journalist: News People around the World*, Cresskill, NJ, Hampton Press, pp. 455-480.
- Weaver, D. H., Willnat, L. (Eds.), 2012b, *The Global Journalist in the 21st Century: News People Around the World*, NY, Routledge.
- Weaver, D. H., Willnat, L., 2012a, "Journalists in the 21st Century: Conclusions", in Weaver, D. H., Willnat, L. (Eds.), 2012, *The Global Journalist in the 21st Century: News People Around the World*, NY, Routledge, pp. 529-554.



**Trabalho jornalístico e mundialização: problemas teórico-metodológicos**

**Le travail journalistique et la mondialisation : enjeux théoriques et méthodologiques**

**Journalistic Work and Globalization: Theoretical and Methodological Issues**

**Pt** A sensibilidade da teoria dos campos sociais às particularidades da constituição do *habitus* profissional dos jornalistas em cada nação deve nos conduzir à constatação da impossibilidade de comparações internacionais ou a um modo específico de realizá-las? Para refletir sobre essa questão, o artigo toma como objeto estudos comparados sobre a profissão de jornalistas que se proliferaram na última década. Desde o importante mapeamento de Hallin e Mancini analisando modelos de sistemas midiáticos de 18 países, em 2004, e sua revisão autocrítica em 2012, várias iniciativas expandiram a pesquisa internacional. Os projetos *The Worlds of Journalism* e *Journalistic Role Performance around the Globe* (ambos em andamento) seguiram pistas dos estudos pioneiros de David Weaver e tentam comparar, respectivamente, diferentes culturas profissionais e distintos padrões de relação entre as práticas e os papéis que orientam a atuação dos jornalistas. Tais estratégias partem de premissas semelhantes: em geral, elaboram tipos ideais de jornalismo (modelos) a partir dos quais estruturam pesquisas comparativas funcionalistas. A partir da crítica aos limites de tais estudos, explora-se, com base em perspectivas bourdieusianas sobre o campo, a pertinência de aperfeiçoar as investigações comparativas, sob uma perspectiva aberta às diferenças entre as práticas jornalísticas, ou seja, fora de um horizonte normativo. Com esse objetivo, cinco sugestões de caráter teórico-metodológico são apresentadas ao final do estudo: a) aperfeiçoar a cooperação entre as equipes internacionais de pesquisa; b) adensar a interpretação dos dados obtidos com o trabalho de campo, focando sobretudo nas razões para as práticas díspares encontradas nas diversas comunidades jornalísticas estudadas; c) incorporar categorias nativas no esforço de traduzir indicadores ou variáveis a uma linguagem compreensível para as fontes; d) diversificar as fontes de dados em seis dimensões sugeridas para a investigação e e) adotar vários tipos de mídias jornalísticas como objeto de estudo, para tentar evitar a reificação das práticas observadas no jornalismo impresso.

**Palavras-chave:** jornalismo comparado, campo jornalístico, *habitus* profissional, mundialização, metodologia.

**Fr** La sensibilité de la théorie des champs aux particularités de la constitution de *l'habitus* professionnel des journalistes dans chaque contexte national ne devrait-elle pas nous conduire à constater l'impossibilité de comparaisons internationales ou amener à des modes spécifiques de les réaliser ? Pour réfléchir à cette question, cet article prend comme objet les études comparatives sur la profession de journaliste qui ont proliféré cette dernière décennie. Depuis le travail fondamental de Hallin et Mancini qui a analysé les modèles des systèmes médiatiques de 18 pays, en 2004 puis lors d'une révision autocritique en 2012, diverses initiatives ont fleuri dans la recherche internationale. Les projets *The Worlds of Journalism* et *Journalistic Role Performance around the Globe* (toujours en cours) ont suivi les pistes de l'étude pionnière de David Weaver et tentent de comparer, respectivement, les différentes cultures professionnelles et les modes de relations entre pratiques et rôles qui orientent l'action des journalistes. De telles stratégies partent de principes similaires : en général, les chercheurs élaborent des idéaux-types du journalisme (des modèles) à partir d'une conception fonctionnaliste de la recherche comparative. Critiquant les limites de ces études, nous tentons d'explorer, à partir des perspectives bourdieusiennes sur le champ, les moyens d'améliorer les recherches comparatives, dans une approche ouverte aux différences entre les pratiques journalistiques ou du moins en tentant de s'éloigner d'un horizon normatif. À cette fin, cinq suggestions à caractère

théorico-méthodologique sont présentées en fin d'article : a) améliorer la coopération entre les équipes internationales de recherche ; b) densifier l'interprétation des données obtenues à partir du travail de terrain, en se concentrant principalement sur les raisons explicatives de la disparité des pratiques des diverses communautés journalistiques étudiées ; c) incorporer des catégories indigènes afin de traduire des indicateurs ou des variables dans un langage compréhensible pour les répondants ; d) diversifier les sources de données au travers des dimensions suggérées par la recherche de terrain et e) choisir divers types de médias comme objets d'étude, pour tenter d'éviter la réification des pratiques observées dans le journalisme imprimé.

**Mots-clés :** journalisme comparé, champ journalistique, *habitus* professionnel, mondialisation, méthodologie.

**En** Should not the degree to which field theory is cognizant of the particularities of the constitution of the professional *habitus* of journalists in specific national contexts lead us to acknowledge the impossibility of international comparisons or suggest specific methods for achieving them? To reflect on this question, this paper focuses on comparative studies of the profession of journalists that have proliferated over the last decade. Since the foundational work of Hallin and Mancini in 2004 that analysed the models of media systems in 18 countries, and their self-critical review in 2012, various approaches have sprung up in international research. *The Worlds of Journalism* and *Journalistic Role Performance around the Globe* projects (still in progress) have followed the threads of David Weaver's pioneer study in an attempt to compare, respectively, the different professional cultures and the relational modes between practices and roles which govern the action of journalists. Such strategies spring from similar principles: in general, researchers develop standard ideal-types of journalism (models) based on a functionalist conception of comparative research. By critiquing the limits of these studies from the immediacy of bourdieusian perspectives, we strive to explore ways to improve comparative research with an approach open to differences between journalistic practices, or, at the very least that tries to move away from a normative structure. To this end, five suggestions of a theorico-methodological nature are presented at the end of the article: a) improving cooperation between international research teams; b) strengthening the interpretation of the data obtained from field work, focusing mainly on explanations for the disparity in the practices of the various journalistic communities studied; c) incorporating indigenous categories to facilitate the translation of indicators or variables into language understandable to respondents; d) diversifying the sources of data as suggested by field research and e) choosing various types of media as objects of study to try to avoid the reification of the practices observed in print journalism.

**Keywords:** comparative journalism, journalistic field, professional *habitus*, globalisation, methodology.

